

## PROTOCOL

On the occasion of the signing of the Agreement between the Portuguese Republic and the Republic of Latvia on Promotion and Reciprocal Protection of the Investments, the undersigned, duly authorized to this effect, have agreed also on the following provisions, which constitute an integral part of the said Agreement:

1 — With reference to article 2 of this Agreement:

The provisions of article 2 of this Agreement should be applicable when investors of one of the Contracting Parties are already established in the territory of the other Contracting Party and wish to extend their activities or to carry out activities in other sectors.

Such investments shall be considered as new ones and, to that extend, shall be made in accordance with the rules on the admission of investments, according to article 2 of this Agreement.

2 — With reference to article 3 of this Agreement:

The Contracting Parties consider that provisions of article 3 of this Agreement shall be without prejudice to the right of either Contracting Party to apply the relevant provisions of their tax law which distinguish between tax-payers who are not in the same situation with regard to their place of residence or with regard to the place where their capital is invested.

Done in . . . , in duplicate, at this 27 day of September 1995, in the Portuguese, Latvian and English languages, all texts being equally authentic.

In case of any divergence of interpretation, the English text shall prevail.

For the Portuguese Republic:



For the Republic of Latvia:



## MINISTÉRIO DA SAÚDE

Decreto-Lei n.º 122/97

de 20 de Maio

O Governo, tem vindo a desenvolver um conjunto de medidas que visam melhorar o sistema de saúde na sua actual configuração, ao mesmo tempo que prepara uma reforma mais extensa para o sector.

Nesta fase de evolução do sistema de saúde português é particularmente importante dar maior coerência e operatividade às funções de informação, análise e planeamento estratégico, tornando-se necessário racionalizar quer os meios, quer a estrutura organizativa do Ministério, no sentido de facilitar a execução da política de saúde definida pelo Governo. Tal implica que se proceda desde já a alterações e ajustamentos pontuais na estrutura de alguns dos seus serviços centrais.

Nesta perspectiva, entende-se que as atribuições e competências definidas para o Departamento de Estudos e

Planeamento da Saúde pelo Decreto-Lei n.º 293/93, de 24 de Agosto, devem ser integradas na Direcção-Geral da Saúde, procedendo-se ao seu necessário enquadramento.

Impõe-se, assim, a alteração do desenho organizativo da Direcção-Geral da Saúde no estritamente necessário para promover aquela integração e para proceder a uma distribuição mais racional das competências pelas diversas unidades orgânicas.

Assim:

Nos termos do n.º 2 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## CAPÍTULO I

## Natureza e atribuições

## Artigo 1.º

## Natureza e atribuições

1 — A Direcção-Geral da Saúde (DGS) é o serviço central do Ministério da Saúde, dotado de autonomia administrativa, ao qual incumbe o estudo e apoio na definição, desenvolvimento e execução da política global de saúde, o apoio técnico à cooperação internacional, bem como a orientação, a coordenação e a fiscalização das actividades de prevenção da doença e da prestação de cuidados de saúde.

2 — Compete à Direcção-Geral da Saúde:

- Realizar e apoiar tecnicamente os estudos sobre serviços de saúde e de consultoria em política e administração de saúde;
- Promover, em conjunto com o Instituto Nacional de Saúde, o desenvolvimento da investigação aplicada nas instituições e serviços de saúde;
- Preparar e coordenar os planos de actividade de saúde;
- Preparar os planos sectoriais de desenvolvimento e sua articulação com os planos regionais e nacionais;
- Preparar e avaliar os programas e medidas de política sectorial e de programação do sector;
- Orientar, coordenar e fiscalizar as instituições prestadoras de cuidados de saúde e serviços de saúde;
- Orientar tecnicamente e avaliar as actividades de prevenção e promoção da qualidade dos factores ambientais e das condições de salubridade nos ambientes ocupacionais e escolares;
- Coordenar a execução de planos verticais de saúde e os programas de formação em serviço;
- Fazer a acreditação das instituições e serviços prestadores dos cuidados de saúde, ainda que não integrados no sistema de saúde;
- Promover e efectuar a realização de auditorias;
- Fomentar o recurso a formas inovadoras de organização, gestão e funcionamento das instituições e serviços de saúde;
- Colaborar com o Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde na celebração de convenções entre instituições e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e outras entidades;
- Elaborar os processos de licenciamento das unidades privadas de saúde;
- Preparar, lançar e explorar inquéritos de saúde quer de natureza estatística, quer epidemiológica;

- p) Assegurar a inserção das estatísticas de saúde no Sistema Estatístico Nacional;
- q) Assegurar a realização de inquéritos na área da saúde no quadro do Sistema Estatístico Nacional;
- r) Acompanhar e controlar a execução dos programas de investimento do Ministério da Saúde;
- s) Realizar a programação funcional a que deve obedecer a concepção e o projecto das instalações e equipamentos da saúde;
- t) Promover e orientar a preparação profissional do pessoal do SNS e colaborar na definição das políticas de recursos humanos, financeiros e técnicos;
- u) Organizar e orientar a realização dos concursos das carreiras médicas, nos termos da lei, e coordenar os processos de atribuição de equivalências;
- v) Garantir aos serviços prestadores de cuidados o abastecimento de vacinas e produtos biológicos afins;
- x) Preparar, coordenar e desenvolver acções de cooperação internacional, nomeadamente com os países de língua portuguesa, no âmbito de projectos de natureza bilateral ou multilateral.

## CAPÍTULO II

### Órgãos e serviços

#### Artigo 2.º

##### Órgão

1 — A Direcção-Geral da Saúde é dirigida por um director-geral, coadjuvado por quatro subdirectores-gerais.

2 — Os subdirectores-gerais exercem as competências que lhe forem delegadas ou subdelegadas pelo director-geral.

#### Artigo 3.º

##### Serviços

1 — A Direcção-Geral da Saúde compreende:

- a) A Direcção de Serviços de Informação e Análise;
- b) A Direcção de Serviços de Planeamento;
- c) A Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde;
- d) A Direcção de Serviços de Acordos, Contratos e Convenções;
- e) A Direcção de Serviços de Prestação de Cuidados de Saúde;
- f) A Direcção de Serviços de Psiquiatria e Saúde Mental;
- g) O Gabinete de Estudos;
- h) O Gabinete de Documentação e Divulgação;
- i) A Divisão de Cooperação Internacional;
- j) O Gabinete Jurídico;
- l) A Repartição Administrativa;
- m) A Repartição Financeira.

2 — O responsável por cada um dos gabinetes a que se referem as alíneas g), h) e j) do número anterior é equiparado, para todos os efeitos legais, a chefe de divisão.

#### Artigo 4.º

##### Direcção de Serviços de Informação e Análise

1 — À Direcção de Serviços de Informação e Análise compete promover e coordenar as actividades de recolha, tratamento, análise e divulgação de informação estatística.

2 — A Direcção de Serviços de Informação e Análise compreende:

- a) A Divisão de Epidemiologia;
- b) A Divisão de Inquéritos de Saúde e de Codificação de Doenças, Traumatismos e Causas de Morte;
- c) A Divisão de Estatística.

#### Artigo 5.º

##### Divisão de Epidemiologia

À Divisão de Epidemiologia compete:

- a) Dar apoio estatístico às actividades da Direcção-Geral e promover o conhecimento da situação epidemiológica;
- b) Recolher, tratar, analisar e divulgar a informação estatística sobre cuidados de saúde;
- c) Propor regras técnicas para a realização de estudos epidemiológicos pelos serviços, promover a sua divulgação e proceder à sua avaliação e revisão periódicas;
- d) Realizar estudos epidemiológicos para caracterizar a situação de saúde da população.

#### Artigo 6.º

##### Divisão de Inquéritos de Saúde e de Codificação de Doenças, Traumatismos e Causas de Morte

À Divisão de Inquéritos de Saúde e de Codificação de Doenças, Traumatismos e Causas de Morte compete:

- a) Preparar, lançar e explorar inquéritos de saúde, quer de natureza estatística, quer epidemiológica;
- b) Tratar e divulgar os dados obtidos;
- c) Proceder à codificação de doenças, traumatismos e causas de morte e garantir a coordenação e normalização da codificação, nomeadamente através da uniformização de conceitos, nomenclatura e metodologia;
- d) Assegurar as funções de órgão delegado do INE para codificação de verbetes de óbitos.

#### Artigo 7.º

##### Divisão de Estatística

À Divisão de Estatística compete:

- a) Recolher e tratar a informação relevante para o estudo dos problemas da saúde;
- b) Definir, testar e divulgar os indicadores de saúde;
- c) Divulgar resultados de estudos e projectos de investigação;
- d) Produzir e divulgar o material de documentação;
- e) Representar o Ministério da Saúde no Conselho Superior de Estatística;
- f) Colaborar com os restantes serviços do Ministério da Saúde na definição de necessidades em

matéria de informação e na selecção, padronização, colheita, registo, tratamento, interpretação e divulgação de dados;

- g) Assegurar a colaboração com as organizações internacionais em matéria de informação.

#### Artigo 8.º

##### **Direcção de Serviços de Planeamento**

1 — À Direcção de Serviços de Planeamento compete promover e coordenar e avaliar as actividades de planeamento no sector da saúde.

2 — A Direcção de Serviços de Planeamento compreende:

- a) A Divisão de Planeamento e Normalização;  
b) A Divisão de Programação e Controlo.

#### Artigo 9.º

##### **Divisão de Planeamento e Normalização**

À Divisão de Planeamento e Normalização compete:

- a) Elaborar planos no domínio da saúde, estabelecer mecanismos de avaliação e acompanhar a sua execução;  
b) Estabelecer modelos para apresentação de programas e projectos de desenvolvimento para controlo da respectiva execução;  
c) Propor objectivos e estratégias de desenvolvimento do sector da saúde;  
d) Participar em medidas de coordenação intersectorial de planeamento;  
e) Assegurar a inserção do planeamento de saúde no sistema nacional de planeamento, tendo em vista a compatibilização dos objectivos e estratégias do sector da saúde com as Grandes Opções do Plano, com os planos de desenvolvimento regional e com planos de outros sectores;  
f) Avaliar os recursos do sector da saúde e propor medidas para a sua afectação e promoção, em conformidade com os objectivos de desenvolvimento nacionais e do sector;  
g) Propor critérios de organização dos serviços de saúde, nomeadamente quanto à sua localização e dimensionamento.

#### Artigo 10.º

##### **Divisão de Programação e Controlo**

À Divisão de Programação e Controlo compete:

- a) Preparar e submeter à aprovação os planos de investimento anuais e plurianuais do Ministério da Saúde e avaliar a sua execução;  
b) Avaliar os recursos de investimento do sector da saúde e propor medidas para a sua afectação e promoção em conformidade com os objectivos de desenvolvimento;  
c) Elaborar os relatórios de execução e promover o aperfeiçoamento do processo de programação e controlo.

#### Artigo 11.º

##### **Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde**

1 — À Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde compete a coordenação e orientação das actividades de educação e promoção da saúde.

2 — A Direcção de Serviços de Promoção e Protecção da Saúde compreende:

- a) A Divisão de Promoção e Educação para a Saúde;  
b) A Divisão de Saúde Ambiental;  
c) A Divisão de Saúde Ocupacional;  
d) A Divisão de Saúde Materna, Infantil e dos Adolescentes;  
e) A Divisão de Saúde Escolar;  
f) A Divisão das Doenças Genéticas, Crónicas e Geriátricas;  
g) A Divisão das Doenças Transmissíveis.

#### Artigo 12.º

##### **Divisão de Promoção e Educação para a Saúde**

À Divisão de Promoção e Educação para a Saúde compete:

- a) Propor orientações técnicas e de intervenção dos serviços para um eficiente uso das tecnologias de educação para a saúde;  
b) Proceder à análise dos factores que condicionam a difusão de mensagens de educação para a saúde, identificando as técnicas e os métodos a adoptar;  
c) Proceder, com a colaboração do Instituto Nacional de Saúde, à análise dos factores que conduzem às situações de insuficiências, excessos e desequilíbrios nutricionais da população;  
d) Propor regras técnicas e programas de educação alimentar e proceder à sua avaliação e revisão;  
e) Promover a educação para a saúde no que respeita ao controlo da sinistralidade, à prevenção do alcoolismo, do tabagismo, da toxicod dependência e da sida.

#### Artigo 13.º

##### **Divisão de Saúde Ambiental**

À Divisão de Saúde Ambiental compete:

- a) Orientar tecnicamente as actividades de prevenção, promoção da qualidade dos factores ambientais, no âmbito dos estabelecimentos de saúde;  
b) Colaborar na programação e divulgação de estratégias que visem combater a poluição das águas superficiais e subterrâneas destinadas ao consumo humano;  
c) Propor e divulgar programas nacionais de vigilância sanitária, de sistemas de águas residuais e de zonas balneares e de recreio;  
d) Propor a adopção das técnicas adequadas à gestão de resíduos sólidos industriais, urbanos e do tipo hospitalar, informar os pedidos de licenciamento de tais actividades e fiscalizar o seu funcionamento;  
e) Propor regras técnicas e de intervenção nas áreas da higiene e segurança da habitação e das condições de salubridade, higiene e segurança das hospedarias, restaurantes e similares e de empreendimentos turísticos;  
f) Propor regras técnicas e de intervenção em matéria de vigilância e redução dos riscos ligados aos resíduos perigosos;

- g) Propor regras técnicas e de intervenção em matéria de vigilância da actividade termal, qualificação das águas minerais e de nascentes, vigilância das características bacteriológicas e químicas das águas consumíveis.

#### Artigo 14.º

##### Divisão de Saúde Ocupacional

À Divisão de Saúde Ocupacional compete:

- a) Propor, em colaboração com as demais entidades competentes, regras técnicas de intervenção no licenciamento dos estabelecimentos industriais e comerciais e de fiscalização da sua instalação e laboração, nos aspectos relacionados com a higiene, segurança e saúde dos trabalhadores e da população;
- b) Proceder à identificação, medição, avaliação e controlo dos factores ambientais de risco e outros que condicionem a saúde dos trabalhadores, com o objectivo de manter as condições ambientais e de trabalho mais favoráveis à prevenção das doenças;
- c) Promover estudos epidemiológicos dos acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- d) Determinar a suspensão da laboração ou o encerramento total ou parcial de locais de trabalho quando, do seu funcionamento, possa resultar risco significativo para a saúde dos trabalhadores e da população;
- e) Propor regras relativas aos exames médicos de trabalhadores sujeitos a risco específico de doença profissional;
- f) Colaborar, com as demais entidades competentes, na elaboração da tabela das doenças profissionais de notificação obrigatória;
- g) Prestar apoio técnico e fiscalizar os serviços de medicina do trabalho no âmbito das suas atribuições;
- h) Colaborar com as demais entidades competentes no licenciamento das entidades prestadoras de serviços no âmbito da saúde ocupacional;
- i) Propor regras, de acordo com a legislação em vigor, relativas a inspecções e condições médicas de aptidão para a condução de veículos automóveis.

#### Artigo 15.º

##### Divisão de Saúde Materna, Infantil e dos Adolescentes

À Divisão de Saúde Materna, Infantil e dos Adolescentes compete:

- a) Proceder à análise dos factores que influenciam a natalidade e a mortalidade fetal, materna, perinatal, infantil e dos adolescentes, identificando as medidas a adoptar;
- b) Promover as acções tendentes à adequada nutrição de grávidas, das mães e das crianças;
- c) Propor e apoiar tecnicamente as acções de planeamento familiar, de acordo com as orientações superiormente definidas;
- d) Propor regras técnicas e de intervenção dos serviços em matéria de saúde da mulher, da criança e do adolescente;
- e) Propor regras técnicas e programas de saúde oral e promover a sua difusão.

#### Artigo 16.º

##### Divisão de Saúde Escolar

À Divisão de Saúde Escolar compete:

- a) Orientar e coordenar as actividades de prevenção da doença e prestação de cuidados de saúde dirigidas à população e ambientes escolares;
- b) Proceder, em colaboração com outros serviços competentes, à análise dos factores que afectem o nível de saúde da população escolar e elaborar propostas conducentes à sua melhoria;
- c) Avaliar as necessidades em matéria de formação específica do pessoal de saúde que exerce a actividade de saúde escolar e colaborar na organização da formação referente a esta actividade;
- d) Propor medidas de encerramento dos locais escolares nos casos de risco significativo para a saúde dos discentes, docentes e outro pessoal;
- e) Propor, em colaboração com outros serviços competentes, as regras técnicas relativas às condições de segurança, higiene e saúde dos locais escolares e promover a sua difusão;
- f) Promover a cooperação com os serviços competentes em matéria de desportos, medicina desportiva e aproveitamento de tempos livres;
- g) Participar em comissões ou grupos de trabalho que tenham por objecto o campo de aplicação da saúde escolar.

#### Artigo 17.º

##### Divisão das Doenças Genéticas, Crónicas e Geriátricas

À Divisão das Doenças Genéticas, Crónicas e Geriátricas compete:

- a) Orientar e avaliar as actividades relacionadas com as doenças genéticas e de evolução prolongada;
- b) Proceder à análise dos factores que afectam as condições de saúde dos adultos e, em especial, dos deficientes e idosos, identificando as medidas a adoptar;
- c) Proceder à análise dos factores que determinam o aparecimento de doenças genéticas e crónicas, identificando as medidas a adoptar;
- d) Propor regras técnicas relativas a doenças genéticas e crónicas de evolução prolongada.

#### Artigo 18.º

##### Divisão de Doenças Transmissíveis

À Divisão de Doenças Transmissíveis compete:

- a) A orientação técnica e a avaliação das actividades de prevenção das doenças transmissíveis através da vigilância epidemiológica;
- b) Analisar as causas e extensão das doenças transmissíveis e o seu impacto na saúde pública, identificando as medidas a adoptar;
- c) Elaborar e orientar a execução dos programas de imunização contra as doenças transmissíveis e propor a obrigatoriedade da vacinação quando as circunstâncias o justificarem;
- d) Propor orientações técnicas e de intervenção dos serviços em relação aos portadores de doenças parasitárias.

**Artigo 19.º****Direcção de Serviços de Acordos, Contratos e Convenções**

1 — À Direcção de Serviços de Acordos, Contratos e Convenções compete promover e coordenar as actividades na área dos acordos, contratos e convenções a estabelecer com serviços públicos e privados prestadores de cuidados de saúde e de cuidados continuados.

2 — A Direcção de Serviços de Acordos, Contratos e Convenções compreende as seguintes divisões:

- a) A Divisão de Acordos e Contratos;
- b) A Divisão de Convenções;
- c) A Divisão de Auditoria e Acreditação.

**Artigo 20.º****Divisão de Acordos e Contratos**

À Divisão de Acordos e Contratos compete:

- a) Propor, com a colaboração do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde, os contratos de gestão e contratos-programa na área da saúde e dos mecanismos de efectivação do seguro alternativo de saúde;
- b) Promover a identificação de fontes alternativas de financiamento;
- c) Promover a elaboração de acordos de cooperação na área dos cuidados de saúde com as instituições particulares de solidariedade social;
- d) Propor a introdução de novas tecnologias para prestação de cuidados, nas instituições e serviços integrados no SNS.

**Artigo 21.º****Divisão de Convenções**

À Divisão de Convenções compete:

- a) Propor, com a colaboração do Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde, as regras sobre a celebração de convenções com entidades privadas;
- b) Promover a elaboração de regras relativas a convenções com prestadores privados e com entidades fornecedoras de aparelhos complementares terapêuticos, bem como regras de reembolso de despesas com a prestação de cuidados de saúde;
- c) Elaborar os estudos necessários à definição das regras de contratação com entidades privadas e colaborar com o Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde na definição dos preços a pagar a tais entidades.

**Artigo 22.º****Divisão de Acreditação e Auditoria**

À Divisão de Acreditação e Auditoria compete:

- a) Propor a acreditação inicial e continuada das instituições e serviços prestadores dos cuidados de saúde, ainda que não integrados no sistema de saúde, promovendo a melhoria do nível da prestação de cuidados e fiscalizando o respectivo funcionamento;

- b) Pronunciar-se sobre os pedidos de licenciamento de entidades privadas na área das actividades de prestação de cuidados de saúde sujeitas a licenciamento;
- c) Propor e efectuar a realização de auditorias nas diversas áreas de intervenção, com a colaboração das entidades ou peritos que em cada caso considere necessários e propor as medidas que julgue adequadas;
- d) Avaliar a compatibilização dos padrões de qualidade e desempenho de actividades das instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde, com os padrões e critérios definidos, propondo as medidas de correcção consideradas necessárias.

**Artigo 23.º****Direcção de Serviços de Prestação de Cuidados de Saúde**

1 — À Direcção de Serviços de Prestação de Cuidados de Saúde compete promover e coordenar as actividades na área da prestação dos cuidados de saúde.

2 — A Direcção de Serviços de Cuidados de Saúde compreende:

- a) A Divisão de Cuidados de Saúde;
- b) A Divisão da Qualidade;
- c) A Divisão de Métodos de Trabalho e Técnicas de Organização;
- d) A Divisão de Formação e Investigação.

**Artigo 24.º****Divisão de Cuidados de Saúde**

À Divisão de Cuidados de Saúde compete:

- a) Orientar, coordenar e avaliar as actividades da prestação de cuidados de saúde;
- b) Preparar planos de acção gerais ou especializados e elaborar critérios de actualização dos serviços;
- c) Fomentar o recurso a formas inovadoras de organização e gestão das instituições e serviços de saúde e promover alternativas à hospitalização;
- d) Realizar o planeamento dos cuidados, designadamente em termos de programação funcional, a que deve obedecer o projecto e concepção das instalações e equipamentos de saúde, acompanhando a sua aplicação;
- e) Orientar, avaliar e fiscalizar as instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde;
- f) Promover e controlar a utilização de técnicas não invasivas que diminuam o grau de traumatismo provocado, a fim de se conseguir um mais rápido e seguro diagnóstico e tratamento;
- g) Promover, em conjunto com as instituições e serviços de segurança social, a continuidade da assistência;
- h) Orientar a criação de novas unidades orgânicas e modelos de organização nas instituições e serviços integrados no sistema de saúde;
- i) Orientar a introdução de novas tecnologias de diagnóstico e tratamento, bem como avaliar a eficácia e segurança dos equipamentos de saúde.

**Artigo 25.º****Divisão da Qualidade**

À Divisão da Qualidade compete:

- a) Organizar e rever periodicamente o inventário das instituições e serviços de saúde e recolher toda a informação necessária à adequação dos equipamentos de saúde aos cuidados a prestar;
- b) Propor a caracterização dos padrões e critérios aferidores de qualidade técnica, assistencial e humana por que devem reger-se as instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde;
- c) Proceder ao estudo e avaliação de novas técnicas de qualidade;
- d) Promover a adequação técnica, científica e humana das instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde;
- e) Fiscalizar o respeito pelos princípios éticos da pessoa humana e garantir a permanente adequação das actividades de saúde, com o fim de conseguir o equilíbrio físico-psíquico dos doentes;
- f) Propor, difundir e zelar pelo cumprimento de uma carta de direitos e deveres do doente;
- g) Fiscalizar a observância de um código de ética de boas práticas clínicas;
- h) Propor e difundir orientações relativas ao consentimento livre e esclarecido e à confidencialidade dos cuidados e tratamentos prestados, bem como ao acesso aos processos clínicos dos doentes.

**Artigo 26.º****Divisão de Métodos de Trabalho e Técnicas de Organização**

À Divisão de Métodos de Trabalho e Técnicas de Organização compete:

- a) Conceber e acompanhar a execução de programas que visem uma racional afectação dos recursos humanos, financeiros e técnicos;
- b) Estudar métodos de racionalização de trabalho a desenvolver com as instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde, acompanhar a sua execução e proceder à respectiva avaliação;
- c) Analisar as actuações institucionais e promover a adopção de códigos de valores específicos.

**Artigo 27.º****Divisão de Formação e Investigação**

Compete à Divisão de Formação e Investigação:

- a) Elaborar, em colaboração com as demais entidades competentes, os planos de formação dos profissionais de saúde;
- b) Promover o desenvolvimento da investigação aplicada nas instituições e serviços de saúde;
- c) Promover o intercâmbio científico com serviços congéneres, nacionais ou estrangeiros.

**Artigo 28.º****Direcção de Serviços de Psiquiatria e Saúde Mental**

À Direcção de Serviços de Psiquiatria e Saúde Mental compete:

- a) Orientar tecnicamente e proceder à avaliação dos resultados no âmbito da saúde mental, com especial incidência na área do alcoolismo e da droga;

- b) Proceder à análise dos factores que condicionam a saúde mental, nas diferentes fases etárias, identificando as medidas que os serviços devem adoptar;
- c) Manter actualizada a carta sanitária do País no campo da saúde mental;
- d) Proceder à análise dos factores determinantes do alcoolismo, identificando as medidas a adoptar;
- e) Orientar as condições de internamento, atendimento de urgência e consultas externas dos actuais estabelecimentos de internamento psiquiátrico, públicos e privados, bem como os demais aspectos do seu funcionamento técnico;
- f) Promover a recolha e o tratamento de dados estatísticos relativos ao movimento de doentes, bem como quaisquer outros elementos com interesse para a avaliação da actividade dos serviços e estabelecimentos de saúde mental;
- g) Propor regras técnicas relativas ao licenciamento e funcionamento dos estabelecimentos de saúde mental.

**Artigo 29.º****Gabinete de Estudos**

Ao Gabinete de Estudos compete:

- a) Promover e efectuar estudos de carácter interdisciplinar, com interesse para a política e para o planeamento na saúde;
- b) Desenvolver e promover a divulgação das técnicas e métodos utilizados no estudo dos problemas do sector da saúde;
- c) Promover, em articulação com a Direcção de Serviços de Informação e Análise, estudos, no domínio da saúde, de natureza estatística e epidemiológica;
- d) Efectuar análises da actividade do sistema de saúde.

**Artigo 30.º****Gabinete de Documentação e Divulgação**

Ao Gabinete de Documentação e Divulgação compete proceder à recolha sistemática de documentação, nacional e estrangeira, na área da saúde e proceder à sua divulgação pelas instituições e serviços do sistema de saúde, de modo a informar os profissionais de saúde, utilizadores e demais agentes do sistema de saúde.

**Artigo 31.º****Divisão de Cooperação Internacional**

À Divisão de Cooperação Internacional compete:

- a) Propor as linhas de desenvolvimento da cooperação internacional no domínio da saúde;
- b) Assegurar a coordenação no âmbito da cooperação internacional, especialmente com os países de língua portuguesa;
- c) Assegurar a inserção da cooperação em saúde no quadro da política nacional de cooperação;
- d) Gerir os programas e respectivos processos de bolsas e missões de estudo e demais estímulos à formação profissional em saúde, conferidos em âmbito internacional, ouvidos os serviços competentes;

- e) Acompanhar a execução das medidas de cooperação internacional com interesse para a saúde;
- f) Participar em negociações relativas à celebração de acordos de âmbito internacional com relevância para a saúde;
- g) Cooperar na divulgação, a nível internacional, da informação de saúde;
- h) Assegurar a colaboração com organismos internacionais, designadamente a Organização Mundial de Saúde e o Conselho da Europa;
- i) Colaborar com outras entidades e serviços públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, em programas ou projectos na área da cooperação internacional em saúde e proceder à sua avaliação;
- j) Efectuar a articulação da Direcção-Geral da Saúde com os demais serviços competentes do Ministério da Saúde relativamente a assuntos de direito comunitário.

### Artigo 32.º

#### Gabinete Jurídico

Ao Gabinete Jurídico compete:

- a) Elaborar os estudos e pareceres jurídicos que lhe forem solicitados;
- b) Assegurar o patrocínio judiciário da Direcção-Geral;
- c) Acompanhar os processos de concursos das carreiras médicas;
- d) Estudar e preparar para despacho os processos de contra-ordenações;
- e) Assegurar a recolha, tratamento e difusão da legislação, jurisprudência e doutrina relevante na prossecução das atribuições das instituições e serviços integrados no SNS.

### Artigo 33.º

#### Repartição Administrativa

1 — À Repartição Administrativa compete:

- a) Executar as acções relativas ao recrutamento, selecção, provimento e cessação de funções do pessoal;
- b) Organizar a base de dados relativa ao pessoal;
- c) Assegurar o funcionamento do sistema informático de registo, controlo, distribuição e pesquisa de correspondência;
- d) Promover a divulgação pelos serviços de normas internas e demais directivas de carácter geral;
- e) Executar as tarefas de arquivo e respectiva microfilmagem;
- f) Assegurar os demais procedimentos de administração geral.

2 — A Repartição Administrativa compreende:

- a) A Secção de Pessoal, à qual incumbe o exercício das competências previstas nas alíneas a) e b) do número anterior;
- b) A Secção de Expediente Geral e Arquivo, à qual incumbe o exercício das competências previstas nas alíneas c) a f) do número anterior.

### Artigo 34.º

#### Repartição Financeira

1 — À Repartição Financeira compete:

- a) Efectuar os processamentos dos vencimentos e de outras remunerações e abonos;
- b) Assegurar as acções necessárias à elaboração e execução do orçamento;
- c) Promover a cobrança de receitas e pagar as despesas devidamente autorizadas;
- d) Elaborar o relatório e a conta anual de gerência;
- e) Organizar os processos de aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento dos serviços;
- f) Fazer o inventário do património;
- g) Assegurar a gestão do património, bem como a conservação dos edifícios, e proceder à elaboração e actualização do respectivo cadastro.

2 — A Repartição Financeira compreende:

- a) A Secção de Contabilidade, à qual incumbe o exercício das competências previstas nas alíneas a) a d) do número anterior;
- b) A Secção de Aprovisionamento e Património, à qual incumbe o exercício das competências previstas nas alíneas e) a g) do número anterior.

## CAPÍTULO III

### Pessoal

### Artigo 35.º

#### Quadro de pessoal

1 — O quadro de pessoal da Direcção-Geral da Saúde é aprovado por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e da Saúde e do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública.

2 — Os lugares do pessoal dirigente constam do mapa anexo ao presente diploma que dele faz parte integrante.

## CAPÍTULO IV

### Disposições transitórias e finais

### Artigo 36.º

#### Sucessão

1 — É extinto o Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde.

2 — As referências feitas em quaisquer diplomas ao Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde consideram-se feitas à Direcção-Geral da Saúde.

3 — A Direcção-Geral da Saúde sucede na universalidade dos direitos e obrigações de que era titular o Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde, sem necessidade de quaisquer formalidades, constituindo o presente diploma título bastante para todos os efeitos legais.

### Artigo 37.º

#### Transição do pessoal do quadro

1 — O pessoal do quadro do Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde transita, na mesma carreira, categoria e escalão, para o quadro da Direcção-Geral da Saúde.

2 — Os concursos para ingresso ou acesso nos quadros do Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde já realizados ou em curso na data da entrada em vigor do presente diploma são válidos para os lugares do novo quadro.

3 — O pessoal que à data da entrada em vigor deste decreto-lei se encontre em regime de estágio mantém-se nessa situação até à conclusão do mesmo, após o que será provido em lugar do quadro da Direcção-Geral da Saúde, nos termos da lei.

#### Artigo 38.º

##### Consignação de receitas

1 — A Direcção-Geral da Saúde fica autorizada a aceitar participações e subsídios concedidos por quaisquer entidades, públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras, a inscrever no respectivo orçamento em dotações com compensação em receita, destinadas à realização de acções inseridas no âmbito do seu programa de actividades.

2 — A Direcção-Geral da Saúde pode proceder à venda de publicações em qualquer tipo de suporte, as quais constituem receitas consignadas sujeitas à regra do duplo cabimento.

3 — A cobrança e escrituração das receitas referidas no número anterior são efectuadas nos termos do regime de tesouraria do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 275-A/93, de 9 de Agosto.

#### Artigo 39.º

##### Dotações orçamentais

As dotações orçamentais do Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde são transferidas para a Direcção-Geral da Saúde.

#### Artigo 40.º

##### Administrações regionais de saúde

As administrações regionais de saúde devem prestar à Direcção-Geral da Saúde toda a colaboração necessária à prossecução das atribuições que lhe foram cometidas pelo artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 10/93, de 15 de Janeiro.

#### Artigo 41.º

##### Institutos de clínica geral

Os institutos de clínica geral, regulados pela Portaria n.º 505/86, de 9 de Setembro, funcionam na dependência e sob a direcção da Direcção-Geral da Saúde.

#### Artigo 42.º

##### Norma revogatória

1 — São revogados os Decretos-Leis n.ºs 293/93, de 24 de Agosto, e 345/93, de 1 de Outubro, a alínea e) do artigo 5.º e o artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 10/93, de 15 de Janeiro.

2 — Mantém-se em vigor as Portarias n.ºs 991/93, de 8 de Outubro, e 1105/93, de 2 de Novembro, até à publicação da portaria prevista no artigo 35.º

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 3 de Abril de 1997. — *António Manuel de Oliveira Guterres — António Luciano Pacheco de Sousa Franco — Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina — Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.*

Promulgado em 22 de Abril de 1997.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 5 de Maio de 1997.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

##### ANEXO

Mapa a que se refere o n.º 2 do artigo 35.º

Número de lugares	Pessoal dirigente — Categoria
1	Director-geral.
4	Subdirector-geral.
6	Director de serviço.
23	Chefe de divisão.